

Resumo: Antes de abordar a figura dos homenageados, o conferencista desenvolve o tema da memória, tão importante para a identidade de um povo, a começar do povo bíblico do Antigo e do Novo Testamento. É em obediência ao dever da memória que celebramos os centenários destes nossos pais na fé, os dois Arcebispos cujo ministério se estendeu por quase oitenta anos, ocupando quase todo o século XX, e deixando imorredouro testemunho de cultura, misericórdia e simplicidade.

Abstract: Before concentrating on the persons of the two Bishops, the lecturer develops the theme of the memory, so important for the identity of a people, beginning with the biblical people of the Old and the New Testament. In fact, it is in obedience to the duty of memory that we celebrate the centennials of these our fathers in the Faith, both the Archbishops whose ministry spreaded out for almost eighty years, occupying almost all of the XX century, and leaving to us an immortal testimony of culture, mercy and simplicity.

Dom Joaquim Domingues de Oliveira e Dom Afonso Niehues¹

Centenário da Posse de Dom Joaquim na diocese de Florianópolis (7-9-1914) e do nascimento de Dom Afonso (23-8-1914)

*José Artulino Besen**

* O conferencista, autor de muitos livros e inúmeros artigos, é membro da Academia Catarinense de Letras, ACL, e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, IHGSC, bem como Professor pesquisador da FACASC.

¹ Conferência na Sessão Solene conjunta da Academia Catarinense de Letras, ACL, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, IHGSC, e da Faculdade Católica de Santa Catarina, FACASC, em Florianópolis, aos 30 de setembro de 2014.



Memória

Por que estamos aqui? O que nos fez reunir nesta noite?

Esta pergunta os filhos faziam aos pais judeus na celebração da Páscoa, e recebiam a resposta: “*É o sacrifício da Páscoa do Senhor, que passou ao lado das casas dos israelitas no Egito, quando feriu os egípcios e salvou nossas casas*” (cf. Exodo 12,15-28); e, a cada ano, na festa das primícias, se renovava a profissão de fé: “*Nosso pai era um arameu que desceu ao Egito com um punhado de gente e ali viveu como estrangeiro*”. E segue, narrando a escravização do povo, o pedido de socorro e a descida do Senhor que o libertou. É a profissão de fé em Deus a partir da narração da história ((Dt 26, 1-11), até hoje renovada e que faz “memória” da identidade da fé e do povo. A memória impede a deturpação da vida religiosa, pois seu fundamento é a ação de Deus e não a discussão sobre Deus.

Jesus de Nazaré, nascido e crescido no ambiente judeu, fez da narração dessa memória sua vivência na Galiléia: suas palavras e gestos foram narração do Pai, ele é o cronista de Deus. Anos depois, na Judéia, após a crucifixão, morte e sepultura, um acontecimento único fez dele o objeto da memória dos discípulos: ressuscitou ao terceiro dia. Após esse fato, há divisão religiosa: os judeus prosseguem na celebração da libertação a cada Páscoa, consumindo em família o cordeiro pascal, e os cristãos, a cada ano e a cada eucaristia, renovam a memória da última Ceia e da ressurreição, celebrando a Páscoa cristã.

Quando, em 24 de fevereiro de 1582, o papa Gregório XIII promulgou o novo calendário, que recebeu o nome de “gregoriano”, sua preocupação não era mostrar poder, e sim, era preocupação litúrgica: queria que a data da Páscoa fosse sempre celebrada no dia correto. Desapareciam 10 dias entre 5 e 14 de outubro e, assim, após o dia 4, seguiu o dia 15.

A Páscoa judaica é memória da libertação do Egito, e a Páscoa cristã, a da libertação do pecado e da morte por obra de Jesus Cristo.

Paulo narra as duas memórias da Ceia e da Ressurreição sem invenções ou emoções: “De fato, eu recebi do Senhor o que também vos transmiti” (1Cor 11, 23-25; 1Cor 15, 3-9). O grande Paulo, fundador da teologia cristã, não se dá o direito de inventar ou confabular: ele faz memória do que recebeu e que deve transmitir como aprendeu, o conteúdo da Tradição da fé. Após os quatro Evangelhos, a Tradição continua no



primeiro livro de história da Igreja: os Atos dos Apóstolos, a memória da ação apostólica.

A memória é também súplica: os judeus invocam continuamente a vinda de um Messias, e os cristãos pedem pela segunda vinda do Senhor em cada eucaristia: *Maraná tá'*, vem, Senhor Jesus. E assim o tempo da história é o tempo da esperança.

O judaísmo, além da Lei e os Profetas, a *Torah*, através de seus rabinos explicita a memória de seu povo, o significado concreto do texto bíblico transmitido pela *Mishná* e pelo *Talmud* para que não ocorra o perigo da infidelidade e, também, para que se saiba que a Palavra é sagrada, tão profunda, que a história humana será breve para conhecê-la e vivê-la. A identidade do povo do primeiro Testamento está na memória de Javé e do seu povo.

Aquele que se empenha no conhecimento do povo do segundo Testamento, os cristãos, buscando a Palavra vivida ou traída ou redescoberta, pode ir à cidade do Vaticano e aí se defrontará com uma imensa memória que abarca doze séculos de história, 600 fundos arquivísticos e 85 quilômetros de estantes contendo documentos: é o nada secreto Arquivo Secreto do Vaticano. Nada secreto porque desde 1881 está aberto aos pesquisadores, estando disponível à medida de sua catalogação sistemática, atualmente até 1939.

Os dois Testamentos estão misteriosamente escondidos nesses milhões de manuscritos e documentos porque o Arquivo é a descrição humilde da fidelidade e da infidelidade cristãs. Ali se encontra a vivência do Evangelho e o testemunho da não vivência. Não se faz seleção de documentos laudatórios e destruição dos incriminatórios. Os documentos são guardados, e essa é a razão de um arquivo.

Religiões da memória e da história, Judaísmo e Cristianismo expõem suas virtudes e pecados nos dois Testamentos: os 73 livros da Bíblia são inspirados por Deus, é verdade, e são inspirados para serem verdadeiros na memória de Deus e dos homens. Nada escondem das aventuras humanas, revelando a grandeza de Jacó, mas também sua esperteza ao enganar o pai Isaac, trocando a bênção do irmão Esaú por um prato de lentilhas; revelam a amizade de Deus com Moisés, mas fazem questão de escrever que ele teve dúvidas de fé e por isso não entrou na terra prometida; revelam o lamuriento e santo Jeremias, o generoso e revoltado Jonas, o pornográfico comportamento das filhas de Lot, cunha-



do de Abraão, mas, não escondem a bondade e a misericórdia de Deus, paciente com um povo que Moisés chama de cabeçudo.

O Testamento cristão é humilde na narração do Filho de Deus que se encarna e nasce pobrezinho em Belém, cuja vida pública nada tem de importante: uma sucessão de pobres, doentes, prostitutas, deficientes, doidos que o rodeiam continuamente, e de fariseus e doutores a criticá-lo até conduzi-lo ao humilhante fim no monte Calvário. Os evangelistas bem que poderiam dar uma maneirada, mas não escondem a origem dos Apóstolos, nem seu covarde abandono do Mestre na hora da dor, nem Simão Pedro que pega no sono enquanto Jesus sua sangue na agonia. Podiam ocultar, mas não: contam que Pedro traiu o Senhor três vezes, grande velhacaria.

É fascinante uma História que não tem medo da confissão dos pecados, e mais fascinante ainda, a história do Mestre e Senhor que escolhe e continua a escolher a escória do mundo para revelar seu poder. *Abū Bakr Muhammad ibn ‘Alī ibn ‘Arabi* (1165-1240), místico muçulmano sufi, filósofo e teólogo nascido na espanhola Andaluzia e morto em Damasco, afirmou a uma consulta que lhe tinha sido feita a respeito de converter cristãos para o islamismo. Para ele, era trabalho perdido: “Os que sofrem da doença chamada *Jesus* nunca se recuperarão”. Seguir a Jesus é uma doença incurável. Não há remédio ou terapia que restabeleça a “saúde” dos seguidores de Jesus. O judeu Franz Kafka, mestre na descrição de nosso mundo fragmentado, respondeu a um amigo que lhe perguntava sobre Jesus: “Não é bom se aprofundar muito nele, porque é um abismo de luz onde podemos nos precipitar”. É fascinante esse homem que assim convida para fundar seu Reino: Vai, introduze os pobres, os estropiados, os cegos e os coxos.

O Arquivo do Vaticano expõe a miséria, não dos pequenos, mas dos grandes, não do povo humilde e fiel, mas de alguns papas e altas autoridades, de dirigentes políticos e hierarcas. Foi nele que Ludwig von Pastor encontrou a documentação para compor sua História dos Papas desde 1305, com 16 volumes em 40 tomos, publicados de 1886 a 1933. Seguiu a ordem de Leão XIII: nenhum mal seja escondido, nenhuma luz deixe de brilhar. E assim, põe diante de nossos olhos pontífices santos, heróicos, corajosos, mas também os papas renascentistas, patrocinadores das artes, um corrupto Alexandre VI (1492-1503), ou o papa Paulo II (1464-1471) que, pelo apego a jóias, vestes e paramentos, era ridicularizado com o epíteto de “nossa senhora da alegria”.



Os arquivos vaticanos não escondem os processos da Inquisição, os acordos políticos, os combates às liberdades da Idade moderna, as guerras religiosas, a escravidão, o colonialismo, o antissemitismo, e também não escondem o esplendor do trabalho missionário, os mártires e confesores, os Concílios ecumênicos, a caridade papal, a preocupação com a paz no mundo, a defesa da verdade revelada.

É atualizado a cada dia, porque a memória cristã perpassa todo o processo histórico. Ali estão os frutos da diplomacia vaticana desde Carlos Magno, seguindo com os relatórios quase diários dos 179 países com que estabeleceu relações diplomáticas. A cada ano, todas as dioceses do mundo apresentam à Santa Sé seus relatórios estatísticos. E tudo isso sem contar os arquivos da Cúria Romana, das dioceses espalhadas pelo mundo, das paróquias. Além disso, as catedrais com seus vitrais, os afrescos, imagens sacras e ícones, a música e toda a arte também fazem memória do caminho cristão.

Fazer memória da história é fundamental para não transformar a fé cristã em ética, a teologia em filosofia religiosa. Cada vez que movimentos cristãos quiseram invocar para si o título de “puros”, sem a penitência pelo passado pecador, nasceu uma heresia ou uma seita. Se o saber ocupa o lugar do amar, se a sutileza teológica se mistura a raciocínios metafísicos ou holísticos, a fé bíblica perde a razão de ser, porque só germina no ambiente da vida, da memória. O grande adversário interno do cristianismo não é o pecador, mas o gnóstico, aquele que faz de Jesus um Mestre de sabedoria, renegando a encarnação.

Por que estamos aqui?

Interrompo aqui essas digressões para retomar a pergunta inicial: Por que estamos aqui? O que nos faz reunir nesta noite de dois centenários?

Aqui estamos para fazer memória, para falar da história de dois homens que viveram entre nós: Dom Joaquim Domingues de Oliveira, bispo-arcebispo de Florianópolis de 1914 a 1967, e Dom Afonso Niehues, nascido em 1914, e arcebispo de 1967 a 1991. Dom Joaquim veio de Vila Nova de Gaia, Portugal; e Dom Afonso, de São Ludgero, do Sul catarinense. Dom Joaquim chegou aqui através de São Paulo, e Dom Afonso através de Lages. O primeiro, fez do “presidir com solicitude” o seu lema, e o segundo, “ide para a vinha”. Buscaram e assumiram o tra-



balho evangelizador junto ao povo que a Igreja lhes confiou, em nenhum momento procurando a glória pessoal, o conforto do prestígio.

De sua residência à Rua Esteves Júnior, Dom Joaquim era o vigilante solícito da reta vida cristã e da unidade eclesial. Do mesmo endereço, Dom Afonso unia as forças vivas da Igreja, convidava a todos para irem trabalhar na Vinha do Senhor. Não trabalhavam para si: o outro era o coração de suas existências. O que encontraram em Santa Catarina? Não encontraram o que buscaram, pois outra realidade não buscaram senão aquela que encontraram: o povo catarinense.

Dom Joaquim assumiu a diocese de Florianópolis, cujos limites acompanhavam os do Estado catarinense; e Dom Afonso, a arquidiocese no Estado já dividido em cinco circunscrições eclesiais, hoje dez. Ambos passaram pelo tempero da formação romana e eram teólogos e canonistas: formação que os fez homens de Igreja, unidos ao Papa, determinados a cumprir e fazer cumprir a lei.

Em 1914, Dom Joaquim deparou-se com o Estado catarinense multifacetado pela imigração indígena, portuguesa e açoriana, pela imigração compulsória do negro escravizado, e pelos movimentos imigratórios que da Alemanha, Itália, Polônia, Ucrânia, Grécia aqui chegaram a partir de 1829: eram pobres em busca de vida melhor, eram católicos, luteranos, ortodoxos gregos e católicos ucranianos. E, depois, pelas colônias que foram se formando no Oeste, envolvendo levas de gaúchos, também alemães e italianos, que se somaram aos índios e caboclos. Em toda essa ocupação do espaço houve conflitos, porque a terra não estava vazia, mas com gente considerada não-gente. O novo bispo, aqui da Ilha de Santa Catarina escutava as notícias que, vindas do Planalto, ecoavam a terrível Guerra do Contestado, iniciada dois anos antes e concluída dois anos depois com violento deslocamento de pobres, índios e caboclos, e um saldo de quase 10 mil mortos.

Já Dom Afonso, em 1965 como arcebispo coadjutor e em 1967 como arcebispo metropolitano, assumiu a Igreja de Florianópolis bastante transformada: rica de cultura, com Universidades e Faculdades, escolas e colégios, a presença enriquecedora dos funcionários públicos, o turismo incipiente, a modernidade secularizada ou secularista, a religiosidade dividida entre católicos, protestantes e pentecostais, os cultos afro-brasileiros, diminuindo significativamente a hegemonia católica. A partir da Ilha ele contempla a formação de periferias urbanas, na maioria



frutos do êxodo rural, e percebe a necessidade da criação de pastorais diversificadas, de novas paróquias.

O catolicismo popular tinha raízes leigas, porque a fé fora sustentada pelas devoções, festas e irmandades, devido à presença numericamente pequena de sacerdotes. Não havia seminários para formar padres. As vocações que surgiam eram encaminhadas para São Leopoldo, RS, e Dom Joaquim buscou padres europeus que, atendendo aos imigrantes, estendiam sua ação para todo o povo. Vieram os sacerdotes diocesanos, os religiosos franciscanos, jesuítas, dehonianos, lazaristas, basilianos e salesianos. E dezenas e dezenas de mulheres consagradas, que instituíram escolas, colégios e hospitais. Ao aportarem neste território, tinham consciência de que dificilmente retornariam à pátria. Era uma doação do tamanho da vida.

Nesse meio complexo, e necessitado de padres, que Dom Joaquim conheceu nas longas Visitas pastorais, percebeu-se a necessidade do Seminário que, fruto da coragem dos homens de fé, surgiu em Azambuja em 1927, tendo como reitor Pe. Jaime de Barros Câmara, 19 anos depois Cardeal arcebispo do Rio de Janeiro.

Nesse pequeno grupo de seminaristas fundadores de Azambuja, que tinham de adormecer ouvindo os gemidos dos doentes, pois o seminário era um andar do Hospital, ou escutando os gritos no vizinho Hospital de Alienados, incluía-se um menino de São Ludgero, filho de agricultores e pequenos comerciantes: Afonso Niehues. Ordenado bispo coadjutor de Lages em 1959, sucedeu a Dom Joaquim em 1967. Dom Afonso fez a experiência de como iniciar um seminário e depois, na sua vida sacerdotal, foi reitor de São Ludgero e de Azambuja. Dom Joaquim e ele nutriram o sonho de um Seminário maior para catarinenses em Santa Catarina, devendo chegar ao fim a peregrinação dos seminaristas pelo Rio Grande e pelo Paraná. Fruto de longa perseverança, em 1973 é fundado em Florianópolis o Instituto Teológico de Santa Catarina e, em 1978, o Seminário Filosófico de Santa Catarina, em Brusque. Um solitário Dom Joaquim fundou Azambuja, enquanto Dom Afonso esteve acompanhado pelos bispos de Lages, Joinville, Chapecó, Tubarão, Rio do Sul e Caçador. São hoje 10 bispos diocesanos no território que Dom Joaquim assumiu em 1914 por mandato do papa São Pio X e de onde partiu Dom Afonso no final da jornada, em 1991, por mandato de outro santo, São João Paulo II.



A posse de Dom Joaquim

Em 7 de setembro de 1914, o segundo bispo de Florianópolis – porque o primeiro fora Dom João Becker, em 1908 – foi recebido no cais do porto pelo Governador e autoridades civis e religiosas. Outro Governador, Celso Ramos, foi recepcionar Dom Afonso em Biguaçu. Completados 24 anos da separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, em 1914 estava enfraquecido o azedume republicano-positivista contra o catolicismo, julgado como uma das causas do atraso econômico e cultural brasileiro. A outra causa seria a miscigenação com o negro e o índio, o mestiço, frutificando num povo fraco e indolente. Acontece que a influência moral sobre um povo não é fruto de decretos, mas de história e, pouco a pouco, as autoridades republicanas sentiram necessidade do apoio eclesiástico, no que foram retribuídos, porque bispos são cidadãos e patriotas.

Dom Joaquim nasceu em 4 de dezembro de 1878, foi imigrante português que chegou ao Brasil no Império, e foi nomeado bispo na República. Em Florianópolis pôde sentir a crise social e econômica da nação, o estrago da Guerra Mundial que se alastrava pela Europa e que provocou conflitos entre as diferentes etnias em Santa Catarina, os conflitos de poder na República Velha. Bispo de uma humilde diocese, detinha sólida formação humanística e sabia discernir entre modas e valores nas situações que se apresentavam. Não se impressionava com crises, porque sabia como retomar o caminho. Chegando à Capital catarinense, foi recebido por um jovem advogado, com quem estreitou fraterna amizade: Dr. Nereu de Oliveira Ramos. Foi sua bússola política até 1958, ano da morte em acidente aéreo. Dizia-se que era do Partido Liberal, porém, Dom Joaquim sabia distinguir entre a política “apenas liberal” e a política liberal que levava em conta os valores cristãos. “Nereu ia a Dom Joaquim, Dom Joaquim ia a Nereu”, queixavam-se amargurados os Conservadores ligados aos Konder, e que colhiam muitos frutos nas colônias alemãs e italianas, entre frades e padres.

Era um tempo em que se pôde assistir a brigas entre liberais e conservadores, depois entre udenistas e pessedistas, depois entre arenistas e emedebistas e depois, sobrou o grande circo de 38 partidos, porque muitos o velho Noé tinha esquecido de deixar fora de sua Arca.

Nereu Ramos inspirou, e foi inspirado, principalmente nas Constituintes (1934, 1937, 1946) de que participou e onde fazia-se portador



das teses cristãs que Dom Joaquim lhe passava e pelas quais vigiava. Foram amigos sempre.

Dom Afonso Niehues

Dom Afonso Niehues, nascido em São Ludgero em 23 de agosto de 1914, assumiu o ministério arquiépiscopal numa realidade politicamente diversa, três anos após a instauração do regime militar de 64. Era o ocaso de um período social e moral marcado pelo humanismo cristão e pela liberdade de expressão que fez surgirem muitas lideranças no painel socialista. Pairava sobre a Pátria o cansaço de uma realidade política dependente, a insatisfação pela multiplicação de pobres, o enjôo frente a elites coronelistas. A liberdade que o hino da República pedia – “abre as asas sobre nós, das lutas na tempestade dá que ouçamos tua voz” – era mais a liberdade de ser manipulado e distraído pela comédia eleitoral. E assim, a liberdade abriu as asas e voou, com medo da tempestade, e a velha liberdade fechou as asas e chocou-se contra o povo.

A Igreja, aliada tradicional da ordem pública, foi despertada pela voz de homens como Alceu Amoroso Lima, Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns, pelo sofrimento dos índios, camponeses e operários, homens e mulheres, pelo sofrimento nas prisões que escondiam as vozes dissidentes. Um novo sujeito ingressa na ação pastoral: o pobre e os Direitos Humanos. Homem da unidade, da paciência e da fidelidade, Dom Afonso fez-se solidário com os bispos brasileiros, alimentando a ação eclesial com o impulso pela justiça e pelo retorno à democracia. De temperamento reservado, empenhou-se pela libertação de presos políticos, pela ação junto às periferias rurais e urbanas, buscou a formação de padres comprometidos com a vida do povo, cujo grito é a mesma voz de Deus que milênios antes falara a Moisés, no deserto: *“Eu vi a opressão de meu povo no Egito, ouvi seu grito de aflição diante dos opressores e tomei conhecimento de seus sofrimentos. Desci para libertá-los”* (cf. Êxodo 3,7-10).

Tudo isso, a mudança no enfoque da pastoral que, nas palavras do papa Francisco, deixa de ser autorreferencial para ir ao encontro do pobre, foi conseqüência de um acontecimento fundamental: o Concílio Ecumênico do Vaticano II, inaugurado por João XXIII em 1962 e continuado por Paulo VI, de 1963 a 1965.



Na basílica de São Pedro estava Dom Joaquim Domingues de Oliveira, ocupando o 4º lugar de precedência, pois era esse seu lugar pelo tempo de episcopado. Nosso Arcebispo ficou até escandalizado quando se discutiam novas disciplinas, reformas naquilo que para ele era imutável, o sofrimento de ver questionado na Liturgia o uso de seu precioso latim. Não conseguia entender como os leigos deveriam discutir o que fazer, se bastava perguntar a ele, o Arcebispo. E sofreu muito quando os padres deixaram de vestir a batina, para ele o sinal externo glorioso da condição sacerdotal.

Lá estava também um jovem bispo, Dom Afonso Niehues, despin-do-se das seguranças relativas do cargo e do clericalismo. Afirmou ter ido participar do Concílio como bispo da “cristandade” e retornava como bom pastor, cuja segurança é o cajado que lhe foi entregue por Cristo para defender as ovelhas, começando pelas mais fracas. Dom Joaquim entregou a Dom Afonso uma Igreja ancorada na tradição; Dom Afonso assumiu-a na mesma fidelidade, mas aberto aos sinais dos tempos que eram diferentes daqueles que Dom Joaquim contemplara em 1914, ao iniciar o seu ministério episcopal. Os dois Arcebispos, em sua perseverante ação, fizeram a memória do novo Povo de Deus, a perseverança na grande Tradição. O arquivo histórico eclesiástico de SC conserva o fio dessa memória.

Cultura, misericórdia e pobreza

Antes de concluir, gostaria de dar meu testemunho sobre três palavras que uniram e unem Dom Joaquim Domingues de Oliveira e Dom Afonso Niehues: cultura, misericórdia, pobreza.

Foram *homens cultos*, de excelente formação, amigos de biblioteca, amigos de arquivo. Amaram e respeitaram o lugar próprio de sua palavra: o púlpito, a pregação, a homilia. Guardada em arquivos, parcialmente publicada, testemunha a seriedade com que trataram a Palavra divina e a palavra humana. Os sermões e discursos eram preparados com diligência, pesquisa histórica e teológica, no cuidado de cada frase. Dom Joaquim bebeu nas fontes da oratória sacra francesa de Bossuet, Fenélon, Massillon e Bourdaloue, esse último conhecido como o rei dos pregadores e o pregador dos reis. Possuía, no original francês, os numerosos volumes de suas obras completas, cujas anotações comprovam a leitura; nas fontes portuguesas buscava Vieira e Bernardes. E, principalmente, o estudo das Sagradas Escrituras e dos Santos Padres. Para guardar pura



a memória, a cada dia decorava uma estrofe de algum poema francês. O primeiro Dom Afonso amava Vieira e os clássicos brasileiros. O segundo, como Arcebispo, era estudioso dos documentos do Concílio, dos Papas, Bispos, dos novos teólogos, pastoralistas e humanistas. Ambos integraram o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e Dom Joaquim, também a Academia Catarinense de Letras, na Cadeira que foi de Nereu Ramos.

Os dois Arcebispos foram *pastores de misericórdia*, ouvindo para decidir, preferindo tomar decisões na esperança de recuperação dos que caíam ao longo do caminho. Sábios pelo conhecimento da história, eles próprios vítimas de intrigas, tinham clara a consciência de que um gesto de confiança tem mais poder regenerador do que a segurança barulhenta da punição.

Dom Joaquim e Dom Afonso foram *homens pobres*, viveram pobres, morreram pobres. Os títulos e vestes litúrgicas ocultavam dois homens piedosos, de vida pessoal humilde, sem maiores pretensões do que servir ao Senhor e a seu povo.

Em seus Testamentos, ambos puderam declarar: não tenho bens de valor. E encerram, Dom Joaquim: “humilde e confiantemente repetimos: *In te, Domine, speravi, non confundar in aeternum!*”, e Dom Afonso: “*Jesus, Maria e José, expire minha alma, entre vós, em paz!*”

Dom Joaquim Domingues de Oliveira faleceu em 18 de maio de 1967, e Dom Afonso Niehues, em 30 de setembro de 1993. Os restos mortais de ambos repousam na capela de Nossa Senhora das Dores, da Catedral de Nossa Senhora do Desterro e Santa Catarina. Como gratidão pelo que realizaram entre nós, quis hoje fazer a memória de suas vidas e apresentá-la a cada um dos que bondosamente se fizeram presentes nesta solene Sessão.

E-mail do Autor:

jabesen@terra.com.br